

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

LAUREN LINCK NILSON

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES: A VULNERABILIDADE E A
RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA, A ESCOLA E A CRIANÇA

CERRO LARGO- RS

2013

LAUREN LINCK NILSON

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES: A VULNERABILIDADE E A
RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA, A ESCOLA, E A CRIANÇA**

Monografia apresentada à UFFS, *Campus* Cerro Largo, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica.

Orientador: Prof. M.e. Erikson Kaszubowski

CERRO LARGO- RS

2013

RESUMO

O conceito de vulnerabilidade procura definir várias situações que podem colocar em risco o bem-estar social do sujeito exposto a elas, tais como condições de moradia, inserção social, relações familiares, rede de apoio, entre outras. Em geral, estas condições encontram-se associadas às dificuldades enfrentadas em usufruir de oportunidades e direitos que surgem no decorrer da vida e que acabam afetando o desenvolvimento do sujeito. Nesse aspecto entra as primeiras situações de vulnerabilidade que ocorrem no contexto escolar. O presente estudo busca identificar os principais indicadores de vulnerabilidade para a criança no convívio escolar, de forma a permitir identificar essas situações de modo adequado e possibilitando o planejamento de intervenções a partir da identificação da rede de apoio disponível.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; escola; rede de apoio

Sumário

RESUMO	2
1 INTRODUÇÃO	4
2 O CONTEXTO DA VULNERABILIDADE NO UNIVERSO ESCOLAR.....	7
..... 2.1 ALGUNS CONCEITOS DE VULNERABILIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ESCOLA	
.....	7
3 IDENTIFICAÇÃO DE CASOS DE VULNERABILIDADE	10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
5 REFERÊNCIAS	15

1 Introdução

Ao nascer, a criança já está inserida em um universo sócio-cultural com características próprias e, em consequência disso, este meio acaba constituindo a sua realidade. Esse universo carrega consigo as diversas peculiaridades das mudanças que ocorreram ao longo do processo de transformações pelo qual a sociedade passou e que acabaram por definir a sua atual condição sócio-cultural. O conjunto de todas estas mudanças são fatores constitutivos do desenvolvimento da criança.

Quando a criança finalmente consegue descobrir e se apropriar da condição de pertencimento à realidade que a cerca é que, de fato, estará se desenvolvendo. A partir desse sentimento de pertencer a uma realidade é que a criança começa a sentir necessidade de manter relações com outros seres humanos, diferentes do seu círculo familiar, pois as condições nas quais está originalmente inserida não necessariamente suprem de modo suficiente suas necessidades para que o seu efetivo desenvolvimento ocorra, tornando imprescindível para o desenvolvimento infantil a passagem da criança por instituições como a escola (VYGOTSKY, 1984).

O primeiro contato com esse universo sócio-cultural, porém, é mediado principalmente pela instituição familiar, que exercerá influências fundamentais na formação da criança (CONTE, 2009). A família é considerada como fonte socializadora para importantes funções educacionais, de forma que sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem torna-se inegável. Segundo Marques (2002, p.20), a família

tem também como papel fundamental a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola. Neste contexto, os recursos psicológicos, sociais, econômicos e culturais dos pais são aspectos essenciais para a promoção do desenvolvimento humano.

Não é de se admirar, portanto, que essas diversas maneiras de lidar com as relações sociais internalizadas a partir do convívio familiar orientem de maneira significativa as primeiras interações da crianças no contexto escolar. As primeiras relações familiares estabelecem, assim, influências no cotidiano, na maneira de ser, de agir e nas escolhas que a criança faz, inclusive em que grupo se inserirá nos primeiros anos escolares. Mesmo assim, as relações familiares não podem ser consideradas como a única explicação para os possíveis problemas de aprendizagem, pois a família não tem condições de educar sem a colaboração da

escola, mesmo compreendendo que as ações educativas na escola e na família apresentam funções distintas quanto aos objetivos, conteúdos e métodos (SZYMANSKI, 2001).

Portanto, ao analisar a relação entre a criança, o ensino e a escola, é possível perceber que um de seus pontos principais diz respeito, segundo Baltazar, Moretti e Balthazar (2006), ao papel da família no desenvolvimento salutar de seus filhos. Pois, quando a família não tem clareza de seus limites ou os tem de uma forma muito rígida, acabam tornando a comunicação entre seus membros extremamente difícil. Com isso, predomina o individualismo, de forma que o comportamento de um membro não afeta os demais integrantes da família, e segundo Baltazar *et al.* (2006, p.34), “o resultado freqüente dessa inconstância é quando os filhos começam a apresentar problemas na escola”.

Desta forma, a escola se torna um dos espaços onde a situação de vulnerabilidade social pode ganhar visibilidade, pois, ao se pensar o conflito nas escolas, ele se evidencia numa situação de interação e complexidade, fruto de uma rede de responsabilidades que vai desde o governo à família. Assim sendo, o fenômeno do conflito, envolvendo escola, família e criança ou adolescente em situação de risco social, exige não apenas o marco legal, como também o compromisso do Estado na concretização de políticas voltadas para esta população (RAMIREZ; CRUZ, 2009).

Porém, mesmo quando a família constrói uma base pouco consistente para o desenvolvimento infantil, caracterizando algum tipo de abandono familiar, a criança poderá encontrar acolhimento na escola e será capaz de aprender mesmo que a família, como alicerçadora das aprendizagens e da subjetivação, não forneça subsídios para que isso ocorra da maneira esperada. Dessa forma, um momento de grande importância para a vida do educando é quando sai do ambiente da família para enfrentar o novo, a escola, o professor, os colegas de diferentes ambientes da família, o que pode causar ansiedade ou problemas na aprendizagem.

Na sociedade contemporânea, a escola costuma ser o primeiro agente de socialização que a criança tem fora do círculo familiar. Em função disso, sentir-se seguro e confortável no ambiente escolar pode ser considerado como um alicerce essencial para a aprendizagem dos alunos. Assim, a experiência do primeiro contato da criança com a escolarização é uma fase em que ocorrem grandes mudanças na vida do educando, tais como alterações de sua rotina e seus hábitos, devendo adequar-se à regras de convívios diversas daquelas experienciadas no contexto familiar. Dentro deste contexto, a escola tem uma importância fundamental na formação do aluno, não só pelo imprescindível processo de ensino-aprendizagem, como também pelo importante papel que representa ao influenciar na formação da personalidade, no

desenvolvimento de funções psicológicas superiores, na conduta e na aquisição de cidadania, com o exercício dos direitos e deveres, de cada um e de todos (BALTAZAR; MORETTI; BALTHAZAR, 2006).

Deste modo, torna-se crucial para a escola poder identificar situações de vulnerabilidade social, uma vez que sua intervenção nesta situação poderá resultar numa melhoria do bem-estar social do sujeito. Para isso, é preciso ter clareza de que a vulnerabilidade, segundo Sapienza e Pedromônico (2005, p. 115)

frequentemente implica em estressores biológicos e psicossociais (Haggerty & cols., 2000). Alguns fatores que tornam um indivíduo vulnerável são: prematuridade, desnutrição, baixo peso, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento, família desestruturada, minoria social, desemprego, pobreza, dificuldade de acesso à saúde e educação. Aquelas crianças com desvantagens socioeconômicas cujas mães sejam também jovens, solteiras e pobres ou que tenham vindo de famílias desorganizadas (riscos psicossociais), ou ainda crianças que tenham pais com desordens afetivas, esquizofrenia, desordens antisociais, hiperatividade, déficit de atenção e isolamento (riscos genéticos) são potencialmente vulneráveis aos eventos estressores e são consideradas crianças em risco para problemas de desenvolvimento.

A vulnerabilidade é, portanto, influenciada por uma série de fatores que acabam determinando as características da criança no convívio da família e da escola. E é de extrema importância que as pessoas envolvidas nesse processo de educação saibam como identificar quando estão diante deste tipo de situação. Em função disso, o presente trabalho tem por objetivo identificar as principais características associadas à vulnerabilidade social, de forma a melhor compreender esse fenômeno e facilitar sua identificação em crianças no contexto escolar.

2 O contexto da vulnerabilidade no universo escolar

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado com frequência na literatura científica, tendo ganhado força após a década de 80 no contexto das pesquisas epidemiológicas, focando a perspectiva de risco (SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007). Seu uso, porém, apresenta diversas possibilidades de interpretação, pois depende de diversos fatores como a capacidade individual de luta e de recuperação que são próprias do ser humano. Assim, quando Sánchez e Bertolozzi (2007, p. 20) afirmam que

o nível socioeconômico, a ocupação e a nacionalidade também se relacionam a esse processo, porque repercutem sobre o acesso à informação, aos serviços e à disponibilidade de recursos para a recuperação, os quais, por sua vez, potencializam ou diminuem a vulnerabilidade,

estão somente confirmando que a vulnerabilidade está relacionada a fatores que, mesmo não dizendo respeito diretamente ao contexto escolar e seus espaços institucionais, acompanham os alunos em situação mais vulnerável em todos os ambientes escolares, e, em especial, na sala de aula.

2.1 Alguns conceitos de vulnerabilidade e suas consequências na escola

Deste modo, a escola acaba tendo um papel muito importante quando oportuniza que seus freqüentadores superem as distâncias sociais e não transformem as desigualdades sociais em desigualdades educacionais dentro da sala de aula. E, desta maneira, é possível identificar uma ligação mútua entre o lugar ocupado pelo indivíduo tanto em aspectos como a divisão do trabalho, como a sua participação em redes de sociabilidade e, principalmente, seu acesso aos sistemas de proteção social¹ disponíveis na sociedade atual dentre os quais se destacam a educação, saúde e a seguridade social (CASTEL, 1998).

Assim, o conceito de vulnerabilidade procura caracterizar a situação dos indivíduos expostos a condições que coloquem em risco o seu bem-estar social, considerando que em geral esta condição encontra-se associada às dificuldades de usufruir de oportunidades sociais

¹ “Políticas governamentais nas áreas da saúde, previdência e assistência social, educação, habitação, saneamento, transportes coletivos urbanos, suplementação alimentar são, dentre outras, expressões da intervenção do Estado. Tais políticas sociais constituem sistemas de proteção social pelos estados nacionais ou *welfare state*. Os conteúdos substantivos mais correntes do *welfare state* são os mecanismos de garantia e substituição de renda, saúde, educação e habitação” (ARAGÃO; COUTO, 1998).

que surgem no decorrer da vida e que muitas vezes, segundo Carvalho e Lacerda (2010), ocorre devido a uma defasagem ou falta de sincronia entre os requisitos para se ter acesso às oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade e as condições adequadas que permitiriam aproveitar estas oportunidades de forma digna.

Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade focaliza a fraqueza ou a força que indivíduos ou famílias dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno e, de maneira mais abrangente, as condições do local de residência das pessoas, como por exemplo, as condições estruturais de sua moradia, da localização geográfica, o que implica a possibilidade de degradação parcial ou total de bem-estar ou de condição de sobrevivência com dignidade, condições estas que tem influência direta sobre o bem-estar dos envolvidos.

O nível de capacidade de resposta às adversidades ou riscos dependerá, segundo Carvalho e Lacerda (2010, p. 25), “da diversidade de recursos a serem mobilizados (uma família ampliada que possa oferecer abrigo quando se perde a casa numa enchente, transporte gratuito para a escola, etc.), além da flexibilidade para a sua utilização”. Assim, é possível aperfeiçoar os recursos através da busca de soluções integradas, articulando saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar objetivos em situações complexas, visando ao desenvolvimento social e superando a exclusão social.

Estas soluções, para serem efetivas e funcionarem de fato no meio escolar, exigem mudanças nas práticas e na cultura organizacional das instituições envolvidas, e acaba impondo desafios aos agentes e gestores participantes diretos do processo, que acabam enfrentando a falta de professores na escola, estrutura e recursos adequados.

Nessa perspectiva, a articulação entre os setores sociais supõe uma decisão política e profissional de cada um dos envolvidos para alcançar objetivos comuns, que além de compartilhados, necessitam ser viabilizados por meio de

vínculos interpessoais e interinstitucionais – estabelecendo momentos de troca e avaliação, canais de comunicação e fluxos de decisão coordenados –, preservando as diferenças e as especificidades de cada componente que contribui da sua maneira na construção de uma política que preserve os princípios da cidadania, da liberdade e da justiça (CARVALHO; LACERDA, 2010, p. 2).

Então, a escola deve fazer uso da sua estrutura social (sua equipe de professores e funcionários, bem como da sua estrutura física) e dos fatores extraescolares que a atravessam e ajudam a definir os resultados da educação escolar para possibilitar a aprendizagem mesmo dos alunos oriundos de contextos sociais vulneráveis – promovendo o que pode ser considerado como igualdade. Assim, é possível identificar que determinados processos de

gestão educacional, de administração escolar e de intervenção pedagógica influenciam e aumentam as chances de sucesso escolar mesmo dos alunos em situação de vulnerabilidade.

Deste modo, a educação deve ser contextualizada, ou seja, o aluno deve ter seus contextos de vida social e cultural conhecidos e respeitados para aprender. O professor tem um papel central, mas não pode ser o responsável isolado pela aprendizagem dos alunos e que nenhuma prática isolada pode gerar condições efetivas de aprendizagem (CARVALHO; LACERDA, 2010).

Por este motivo, a escola deve reconhecer as condições de vulnerabilidade que afetam seus alunos e as suas famílias, para desenvolver, então, melhores chances de realizar sua função específica de promover sucesso escolar. Dessa forma, a educação escolar e os sistemas ou redes de ensino podem colaborar para que situações de vulnerabilidade sejam superadas e não apenas reproduzidas como desigualdades sociais.

Dentro deste contexto de trajetória escolar existem vários fatores que podem influenciar o sucesso dos envolvidos, dentre os quais se destacam aqueles relacionados ao ambiente familiar e a disponibilidade e qualidade da infra-estrutura da escola e seus professores (RIANI; RIOS-NETO, 2008).

O ambiente familiar, que inclui de maneira direta a família, tem uma influência direta sobre a demanda educacional, e segundo Silva e Hasenbalg (2001, p.32)

existem três dimensões importantes com relação à estrutura familiar que afetam o desempenho do aluno na escola: o capital econômico, ou seja, os recursos financeiros disponíveis para os gastos educacionais dos filhos; o capital cultural da família ou recursos educacionais, que podem propiciar um ambiente mais adequado ao aprendizado; e a estrutura dos arranjos familiares, que pode facilitar ou prejudicar a ação dos indivíduos dentro da estrutura social.

Logo, os fatores escolares estão realmente ligados à oferta escolar pelo menos sob duas perspectivas: em termos de disponibilidade, e em termos da sua qualidade, e seus efeitos seriam de minimizar o impacto da família no aspecto educacional do indivíduo.

3 Identificação de casos de vulnerabilidade

A vulnerabilidade tem seu conceito, em geral, associado às condições sociais em que vivem os indivíduos ditos em situação de vulnerabilidade, e por isso sempre remete à ideia de fragilidade e dependência, o que acaba justificando, segundo Sierra e Mesquita (2006), o seu forte vínculo com a situação de pobreza de crianças e adolescentes.

Mesmo assim, ainda que exista na literatura uma associação bastante reiterada entre a vulnerabilidade com as condições de pobreza, é possível identificar que existem outros fatores que a influenciam, quando se busca a identificação de casos em que ocorrem vulnerabilidade social, como por exemplo, os relacionamentos entre crianças e adultos, que ocorrem tanto no espaço público quanto no privado.

A qualidade das relações estabelecidas pela criança com sua família, portanto, pode ser um fator a ser levado em conta ao se avaliar se a criança está em condição de vulnerabilidade social. Pois, quando ocorre um desinvestimento significativo por parte da família, esvaziando o significado das relações intrafamiliares, é possível falar da ocorrência de um *abandono* da criança, mesmo que exclusivamente numa dimensão psicossocial. Isso pode ser visto como um fator de vulnerabilidade porque quando os indivíduos sentem-se abandonados, estando inseridos em uma escola, em geral ele busca um meios de se afastar da situação de vulnerabilidade e acaba encontrando neste local, em alguns casos, não um acolhimento, mas sim um reforço para a sua condição dita vulnerável.

Isso é considerado por Rizzini (1997) um problema de patologia social, considerando a situação de jovens abandonados perante os locais que frequenta, incluindo a escola. Porém,

segundo Abramovay (2002), a noção de vulnerabilidade social foi desenvolvida com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando a referência à renda ou à posse de bens materiais, para incluir a população em geral. (SIERRA; MESQUITA, 2006, p. 66)

Um outro fator importante a considerar é que alguns conceitos tiveram mudanças muito grandes ao longo dos anos, como é o caso do conceito de risco social, que teve sua definição construída baseando-se na identificação da questão social ou de problemas familiares e que passou a ser interpretado como uma questão de relacionamento. Dessa forma, a vulnerabilidade começa a ser analisada tomando como ponto de partida a interação social

entre crianças, jovens e adultos, chegando ao território escolar onde existe maior interesse de estudo.

Então, nessa perspectiva, a concepção de bem-estar social se amplia e passa a incluir também o desempenho dos relacionamentos estabelecidos pelo aluno dentro do universo escolar, seja com professores, colegas ou equipe de funcionários. Assim, o conceito de vulnerabilidade passa a ser mais adequado, visto que não é restrito a uma única questão social e acaba envolvendo todo o meio de relações estabelecidas pelo indivíduo tanto em ambientes públicos quanto privados.

Um outro fator importante a salientar é o fato de que ocorreram grandes mudanças ao longo do tempo nas famílias, portanto as relações estabelecidas nas famílias e na sociedade de modo geral não são mais regidas por normas tradicionais, como por exemplo, o respeito à autoridade do familiar mais velho ou dos pais, o medo do castigo, da “surra”. Esta evolução, segundo Sierra e Mesquita (2006), acaba expressando uma crescente diminuição da autoridade dos pais. Porém, quando um indivíduo não reconhece o seu lugar na estrutura de participação de uma determinada instituição social, ou seja, não corresponde adequadamente às expectativas em torno de seu comportamento seja como filho, aluno, usuário, pai, professor, etc., ele acaba assumindo que necessita do outro para se desenvolver dentro do universo em que está inserido e isso pode colocá-lo em uma posição de vulnerabilidade social.

É exatamente nesse aspecto, quando se ressalta as mudanças que ocorreram na estrutura das famílias, que é possível compreender a relação existente entre a vulnerabilidade e a situação em que os indivíduos se encontram como, por exemplo, problemas no lar, na escola, no bairro, entre outros. Portanto, existe uma relação entre ambas as situações e é necessário que esta não seja generalizada em frases comuns como “A criança é produto do meio em que vive”, não esquecendo que existe sim uma grande importância dos mais variados ambientes aos quais esse indivíduos teve acesso ao longo de sua vida.

A grande questão para identificar casos de vulnerabilidade são os momentos de interação, ou seja, as relações às quais os indivíduos se submetem ao longo de sua existência que acabam resultando ou não em práticas sociais que resultam em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, os espaços públicos, como a escola, frequentados durante a vida dos indivíduos, têm um papel importante nesse universo de relações estabelecidas com o social.

Para resolver com mais ênfase a questão da vulnerabilidade social é necessário desconstruir as possíveis barreiras existentes entre a dimensão social mais ampla e a instituição escolar, considerando que em alguns casos estas são impostas pela própria escola

baseando-se em preconceitos irrealistas. Deste modo, a vulnerabilidade pode ter a sua origem encontrada nos diferentes modos de inserção ou de exclusão “a que estão submetidas crianças e adolescentes, ou seja, o problema não se restringe a uma questão de exclusão social, mas de socialização/individualização” (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Assim, é de extrema importância que a instituição escolar e as suas diferentes formas de apresentação perante a sociedade de modo geral sejam capazes de criar situações nas quais a vulnerabilidade seja enfim identificada para que se aplique as medidas adequadas para combater ou amenizar estes casos. A vulnerabilidade, então, deve ser identificada baseando-se em critérios de comportamento dos indivíduos dentro das suas relações na instituição que frequenta, fazendo assim uma leitura mais aprofundada das características do universo de origem deste indivíduo.

São relevantes para a identificação de situações de vulnerabilidade social, assim, os primeiros momentos de interação com o social, quando não existem normas pré-estabelecidas para guiar os indivíduos, dependendo estes de características que estão presentes no ambiente social de origem do indivíduo para possibilitar a existência fato de uma adaptação à instituição escolar. Esta análise permite ainda reforçar que as características positivas presentes ou não nos indivíduos têm uma origem mais ampla do que aquela baseada nas suas condições sociais (pobreza), considerando também as relações pré-estabelecidas com a família, com os vizinhos, os locais pelos quais passou e a própria instituição escolar a qual o indivíduo frequenta.

Deste modo é possível destacar entre os fatores de vulnerabilidades estabelecidos por Sierra e Mesquita (2006, p. 112):

- os riscos inerentes à dinâmica familiar: são os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas, etc.;
- os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança, a proximidade a localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas;
- os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana;
- o risco do trabalho realizado pelas instituições que os recebem: constituem os abusos praticados por profissionais, que são encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social;
- os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico e hospitalar;
- os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade;
- o risco da exploração da prostituição infantil: crianças provenientes de famílias pobres que se prostituem por dinheiro;

- os riscos inerentes à própria criança ou adolescente: a sua personalidade e seu comportamento podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, da gravidez precoce, da prática do roubo, furto, etc.

Deste modo, e baseando-se nos fatores de vulnerabilidade já estabelecidos, é possível compreender a real origem de cada um desses fatores para assim poder identificá-los de modo mais adequado. Esses fatores podem ser organizados em quatro fatores que norteiam a identificação dos casos de vulnerabilidade: o abandono, trabalho infantil, exploração sexual e a saúde.

Assim, para identificar situações em que ocorre o abandono é possível fazer uso de alguns artifícios como, por exemplo, as observações e análise do desenvolvimento diário do indivíduo suspeito de estar em situação de vulnerabilidade para perceber se este está ou não nessa situação, se tem mudanças muito repentinas em seu comportamento, ou se este se mantém isolado dos outros durante as atividades propostas.

Baseando-se nos estudo e a fim de reduzir os fatores de vulnerabilidade na vida de crianças, é possível utilizar algumas medidas, como por exemplo, perceber e tornar a criança ator social, incentivando a sua participação na sociedade a qual ela pertence. Uma outra situação que se aplica é fazer o mapeamento das regiões ou bairros, contendo dados que indiquem os fatores de risco, pois eles não ocorrem na mesma frequência em todas as localidades (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Porém não basta fazer um registro desses locais: é necessário realizar algum tipo de acompanhamento dessas regiões mais vulneráveis aos fatores de riscos, oferecendo sempre que possível uma assistência adequada; uma dessas possibilidades é incentivar atividades artísticas, culturais (acesso a museus, cinemas, teatros, pontos turísticos) e esportivas.

4 Considerações Finais

A vulnerabilidade social precisa ser analisada sob uma perspectiva que interpele a complexidade do contexto social, exigindo um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política voltada para essa realidade. E isso torna necessário, quando se trata de identificar as situações de vulnerabilidade no contexto escolar, que se tenha um conhecimento das condições de vida dos alunos, o relacionamento com outros serviços sociais, sendo que estes são aspectos fundamentais das práticas que promovem aprendizagem com igualdade.

As escolas estão presentes nos mais diferentes espaços sociais, o que assegura um aspecto privilegiado da garantia do atendimento público aos direitos sociais da população, realçando sua responsabilidade social dos educadores. Pois, quando se trata de pensar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, a tendência é percebê-las como vítimas; portanto, como seres de necessidades que precisam ser urgentemente atendidas. Esta condição lança à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade para com sua formação.

Assim, a superação da situação de desigualdades e, em longo prazo, a redução das desigualdades dependem também da eficácia da escola e sua articulação com os demais serviços sociais – e de sua eficácia em detectar com clareza a ocorrência da vulnerabilidade. Existe também uma grande necessidade de investimentos que precisam ser aplicados na redução dos fatores ditos vulneráveis que possam ameaçar o bem-estar daqueles que estão nessa situação.

A questão central é que a escola deve ser uma possibilidade de acolhimento para aquelas crianças cujas famílias não constituíram uma base consistente para o seu desenvolvimento.

5 Referências

ARAGÃO, Francisca Santos de; COUTO, Vitor de Athayde. O sistema brasileiro de proteção social. **Revista Estratégias do Trabalho Escolar**. Ano I. n. 00. Outubro. 1998

BALTAZAR, Jose Antonio; MORETTI, Lucia Helena Tiosso; BALTHAZAR, Maria Cecília. **Família e escola: um espaço interativo e de conflitos**. São Paulo: Arte&Ciência, 2006.

CARVALHO, Cynthia Paes de; LACERDA, Patrícia Monteiro. Vulnerabilidade Social e Educação. **Salto para o Futuro**. Ano XX Boletim 19 - Novembro 2010.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998

CONTE, Sueli. **Bastidores de uma escola: entenda porque a interação entre a família e escola é imprescindível no processo educacional**. São Paulo: Gente, 2009.

MARQUES, R. **O envolvimento das famílias no processo educativo: resultados de um estudo em cinco países**. 2002. Disponível em: <<http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm>> Acessado em 20/09/2012.

MUÑOZ Sánchez, A.I. & BERTOLOZZI, M.R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(2):319-324, 2007

MUTSCHELE, Marly Santos. **Problemas de aprendizagem da criança: causas físicas, sensoriais, neurológicas, emocionais, intelectuais, sociais e ambientais**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PINO, Angel L.B. Processos de significação e constituição do sujeito. **Temas psicol.** [online]. 1993, vol.1, n.1, pp. 17-24.

RAMIREZ, Darío Cunha; CRUZ, Roberto Moraes. Conflito escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. **Revista Eletrônica de Pesquisa e Docência (REID)**, n. 2, Jun. 2009, pp. 79-95.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. *Background* familiar *versus* perfil escolar do município. **R. bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 25, n. 2, p. 251-269, jul./dez. 2008

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás, Ministério da Cultura, USU, Editora Universitária, AMAIS, 1997.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, mai./ago. 2005.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**. v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. **Recursos familiares e transições educacionais**. Versão preliminar apresentada no Workshop de Demografia da Educação, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep. Salvador, junho 2001

SZYMANSKI, H. **A relação família-escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.